



Processo Administrativo n.º 070/2023

Da: Assessoria Jurídica

Para: CLPP

Trata-se de parecer jurídico sobre licitação, modalidade Pregão Presencial n.º 021/2023, do tipo “menor preço global”, instaurado pela Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, em observância ao art. 38, VI, da Lei Federal n.º 8.666/93 cc a Lei Federal n.º 10.520/02.

Manuseando os autos, de forma resumida, verifica-se que o mesmo teve início com estudo técnico preliminar, autorização do 1º Secretário da ALEMS, seguido de referência de preços, solicitação de reserva e informação de saldo orçamentário, disponibilização dos recursos, minuta do edital e do contrato administrativo, ato de nomeação do pregoeiro, aprovação jurídica do edital e contrato e seus anexos, publicação do aviso do Pregão Presencial na imprensa oficial. No dia fixado para a abertura do certame a empresa: 1) Arca Áudio Profissional e Eventos Eireli e 2) Dois Amores Comércio de Dois Amores Comércio de Doces e Salgados Ltda., compareceram no horário, e credenciaram-se. Aberta a sessão, as mesmas apresentaram os envelopes de proposta e habilitação.

Após fase de lances, iniciou a fase de análise de habilitação, com a abertura do envelope nº 02 da empresa Arca Áudio Profissional e Eventos Eireli, considerada vencedora por apresentar o menor preço global no valor de R\$ 396.000,00 (trezentos e novecentas e seis mil reais), sendo verificado o atendimento dos requisitos estabelecidos no edital.

Após fase de habilitação, em sessão contínua, a pregoeira perguntou aos presentes acerca da intenção de interposição de recurso, transcorrendo *in albis* supracitada fase.

Assim sendo, foi declarada vencedora a Empresa Arca Áudio Profissional e Eventos Eireli, no valor global de R\$ 396.000,00 (trezentos e novecentas e seis mil reais).

É o relatório, no que importa.



Todo certame licitatório observou as etapas predeterminadas na Lei Federal nº 8.666/93 e Lei Federal nº 10.520/2002, encontrando-se dentro dos preceitos legais.

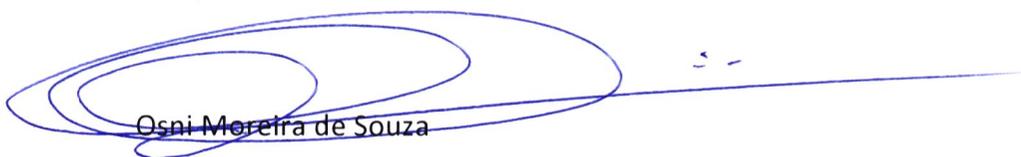
Nota-se que o valor da proposta classificada e indicada como vencedora do certame, por ocasião do julgamento, estão abaixo do valor orçado pela Administração. Assim, segundo o Termo de Referência, o qual é peça editalícia, respaldada se encontra a adjudicação do objeto a empresa vencedora, podendo o ordenador de despesas do Legislativo Estadual, homologar o processo.

Destarte, sob o ponto de vista jurídico, o feito *in casu* respeitou os princípios norteadores do devido processo licitatório, especificamente aqueles entabulados no art. 3º do Diploma de Licitações e Contratos Administrativos cc a Lei nº 10.520/2002, quais sejam: princípio da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo.

Diante do exposto, concluímos que o objeto da licitação em questão pode ser adjudicado à licitante vencedora, razão pela qual opinamos pela homologação do processo.

É o nosso parecer, que submetemos a elevada consideração superior.

Campo Grande/MS, 27 de novembro de 2023.


Osni Moreira de Souza

Consultor Jurídico – OAB/MS 14.030